



PUC-SP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Luisa Hernandes Dal Colletto Fanti

**Construção da agenda da digitalização financeira a partir de atores
internacionais: uma agenda inclusiva para quem?**

Pesquisa apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, como exigência para a
obtenção do título de MESTRE PROFISSIONAL em Governança
Global e Formulação de Políticas Públicas, sob a orientação do
Prof. Dr. Tomaz Paoliello.

São Paulo

2022

Luisa Hernandez Dal Colletto Fanti

Construção da agenda da digitalização financeira a partir de atores internacionais: uma agenda inclusiva para quem?

Pesquisa apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência para a obtenção do título de MESTRE PROFISSIONAL em Governança Global e Formulação de Políticas Públicas, sob a orientação do Prof. Dr. Tomaz Paoliello.

Aprovado em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Tomaz Oliveira Paoliello - PUC-SP

Prof. Dr. Alcides Peron - UFS

Prof. Dr. Leonardo Nelmi Trevisan – PUC-SP

Àquela e àqueles que sacrificaram suas histórias para que eu pudesse escrever a minha.

Resumo

O tema da digitalização financeira ganhou espaço nas instituições internacionais dada a expansão de maiores ofertas de bancos, produtos e serviços digitalizados com o surgimento de bancos essencialmente digitais. Esta mudança traz consigo desafios essenciais do mundo digital, como o problema da privacidade e roubo de dados sendo primordial. Apesar de seus riscos, as soluções financeiras que digitalização propõe passou a ser apontada como importante aliada na redução de pobreza e importante impulsionador dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU. Neste cenário, o estudo se propõe em refletir sobre a construção da agenda da digitalização ao acompanhar sua formação a partir de duas experiências locais de digitalização, na China e no Quênia, que compõem a Agenda 2030 por, em um primeiro momento, demonstrarem sucesso para redução de pobreza. O estudo entende que a agenda da digitalização, em ambos os casos, serve para outras agendas que não a redução de pobreza e desenvolvimento sustentável, e que as ferramentas utilizadas não são necessariamente responsáveis para o avanço econômico, sendo uma correlação, mas não uma variante causal.

Palavras-chave: Digitalização financeira; Agenda de Desenvolvimento Sustentável; Redução de pobreza; Fintechs.

Sumário

1.Introdução.....	6
2.Panorama geral da agenda de digitalização.....	9
3.A formulação da agenda da digitalização financeira em âmbito global.....	15
4.Inclusão financeira quer dizer redução de pobreza? Experiência queniana e chinesa....	21
4.1. A digitalização do Quênia: potenciais e limitações.....	21
4.2. O impacto das fintechs na China e a agenda para o desenvolvimento	23
5. Conclusão	26
6.Bibliografia	29

«Se vogliamo che tutto rimanga come è,
bisogna che tutto cambi»

Il Gattopardo (1958)

Giuseppe Tomasi di Lampedusa.

1.Introdução

O cenário de incerteza econômica e o aumento da desproporcionalidade de renda pede uma revisão dos mecanismos disponíveis hoje para tentar minimizar os impactos da desigualdade social alargada com a pandemia. Para tanto, as instituições internacionais, os estadistas, as empresas privadas e a sociedade civil se lançaram no compromisso de atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas que enxerga na digitalização financeira uma saída para a crise e possível impulsionadora do avanço social e mitigação de pobreza. Essa ideia evidente nos posicionamentos do Secretário Geral das Nações Unidas, do governador do Banco Central do Quênia e nos esforços feitos pela Fundação Bill e Melinda Gates, apenas para citar alguns exemplos da diversa gama de atores que estão trabalhando para o caminho da modernização e acesso aos meios digitais, mais especificamente os meios digitais financeiros, no âmbito da ONU. Os atores citados são alguns dos que compõem a High Task Force da agenda de digitalização. Na prática, a expansão da agenda da digitalização financeira significa atingir milhões de pessoas que estão à margem dos serviços bancários tradicionais, mas que representam uma parcela importante de consumidores e fornecedores de dados, afinal, a digitalização só é possível com a datificação.

A tendência tecnológica em quantificar todos os aspectos da vida para contribuir com possíveis *insights* em nome do avanço e progresso como uma nova ferramenta de valor se cristalizou no léxico mais amplo a partir de 2013, com o estudo de Cukier e Mayer-Schoenberger. Na obra *A ascensão do Big Data*, trazem uma gama de exemplos de companhias que apostam nos dados para monitorar tendências e padrões de consumo. Com isso, a vigilância total da internet traz consigo problemas e riscos que antes não existiam no mundo desconectado e com os quais as ferramentas de justiça tradicional já não conseguem lidar completamente.

Os autores ainda mostram como a *datificação* está interligada com a monetização de qualquer dado que possa ser usado para transformação de um produto. Este termo passou a ser usado para representar a tendência de transformar informações pessoais em dados digitalizados, processados e analisados para que retornem como uma nova forma de valor e que estão no cerne do debate sobre práticas de vigilância, violação de privacidade, sequestro de dados, ciberespaço e digitalização financeira, tendo todas estas uma fonte em comum: o extrativismo digital. Por isso, na discussão a seguir que se pautará na agenda da digitalização financeira como redução da pobreza encabeçada pela Organização das Nações Unidas, o que está por traz de todas as soluções propostas para a melhor distribuição e acesso à renda perpassa os meandros da digitalização, independentemente do nível de conectividade que as populações de baixa renda se encontram, e com ela se apresentam seus riscos.

Para entender como a nacionalização dessa agenda avança e quais as problemáticas envolvidas nela, o estudo traz o mapeamento dos atores que compõem o High Panel Task Force da ONU e apresenta dois casos que foram fundamentais para a contribuição da visão positiva em torno do milagre da digitalização financeira, da qual fizeram parte a China e o Quênia. Estas duas economias, particulares à sua maneira, têm em comum um processo de digitalização visto como bem-sucedido pela comunidade global e passível de replicação em outros países. Se o primeiro é um exemplo de como fazê-lo de forma nacionalizada em áreas urbanas e rurais, o segundo é modelo de como a participação de empresas privadas e estrangeiras podem contribuir com esse processo no que diz respeito ao incremento de renda da população local.

Os casos de digitalização têm suas particularidades entre si, mas A ideia da necessidade dos serviços financeiros digitais está atrelada à noção de microfinanças e microcréditos que ganharam força nos anos 1990 como política focada nos países em desenvolvimento (CHEN, YUAN, 2021). cuja aceitação chegou até os BRICS e foi implementado como *policy* chave para a geração de renda, inclusão social e desenvolvimento local, em particular por instituições de microfinanças da iniciativa privada.”. (RIGHETTI, 2008, p. 6). No processo de desenvolvimento das finanças, o setor financeiro que hoje combina *fintechs*¹ com os bancos tradicionais passou por três ondas

¹ Fintech é a junção dos termos *financial* e *technology* que faz uso de tecnologias essencialmente digitais para inovação de serviços bancários, concorrendo diretamente com os serviços bancários tradicionais.

de inovação, sendo os Estados Unidos o berço de seu desenvolvimento (Chitavi *et al*, 2021). Na primeira onda dos anos 1950, se deu a produção das tecnologias como cartão de crédito, transformando a mentalidade do consumo a partir da disponibilidade de crédito e com o embrião da automatização do setor, onde identifica-se a importância do *Bakograph* do City Bank of New York, como uma espécie de caixa eletrônico para depósitos de envelopes; Esse período de desenvolvimento se alargou até os anos 1990 nos Estados Unidos e em outras localidades e se intensificou com a internet e com o banco online; A segunda onda se inicia nos anos 2000 foi encabeçada pela Ásia e teve na China sua principal porta-voz, a partir da digitalização bancária massiva e criação de aplicativos para smartphones. O projeto de digitalização chinês não tratou apenas do setor financeiro, mas também automatizou e digitalizou outros setores econômicos e sociais baseados em tecnologia, como a identidade digital do cidadão². O país investiu no setor das *fintechs* e em 2018, já representava 46% de todos os investimentos globais na área, se tornando o maior do mundo³. Chitavi *et al* (2021) aponta que a terceira onda de inovação está acontecendo na África, tendo o Quênia como principal hub. Isso porque o uso de celulares se proliferou, ao passo que o acesso à internet não, o que fez com que as empresas de inovações bancárias criassem uma solução que funciona como um banco móvel por SMS, sem necessidade do acesso à rede.

A ideia do distanciamento social acelerou o processo de digitalização, deixando ainda mais em evidência a influência e atuação das empresas de tecnologia, como por exemplo o caso do Zoom, empresa de plataforma de reuniões virtuais, que reportou um crescimento de 169% com a pandemia⁴. No entanto, esse “mundo digital” do distanciamento social, conexão de rede e uso amplo de tecnologia é uma realidade para poucos. É, na verdade, o “*metaverso dos privilegiados*”. O que se observa, na realidade, é um abismo econômico e social cada vez maior, ao mesmo tempo em que, no caso brasileiro, o celular móvel, ferramenta principal para acesso à economia digital, é o principal meio de acesso à internet: 99% das pessoas utilizam o ele como meio de acesso

² Huang J, Kumar S and Hu C (2021) A Literature Review of Online Identity Reconstruction. *Front. Psychol.* 12:696552. doi: 10.3389/fpsyg.2021.696552.

³ CHITAVI, Mike et al. Kenya Is Becoming a Global Hub of FinTech Innovation. In: Kenya Is Becoming a Global Hub of FinTech Innovation. Finance and investing: Harvard Business Review Home, 18 fev. 2021. Disponível em: <https://hbr.org/2021/02/kenya-is-becoming-a-global-hub-of-fintech-innovation?ab=hero-main-text>. Acesso em: 19 fev. 2022.

⁴ REUTERS. Zoom sinaliza crescimento fraco após boom com pandemia. In: **Zoom sinaliza crescimento fraco após boom com pandemia**. Tecnologia: Istoé Dinheiro, 30 ago. 2021. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/zoom-sinaliza-crescimento-fraco/>. Acesso em: 19 fev. 2022.

principal (TIC DOMICÍLIO, 2019), mas as experiências são muito diferentes entre as classes A, B, C e D, que divergem no quesito de conectividade. Enquanto o acesso à internet é garantido para as classes A e B, as classes C e D tem dificuldade de conexão e de acesso a aparelhos (TIC DOMICÍLIO, 2019). A partir dessa realidade, parece prematuro falar em digitalização financeira como saída para a pobreza, se aqueles em condição de pobreza não vão ter acesso imediato às tais saídas. Além disso, ainda há muitas barreiras para a digitalização financeira e a pesquisa se pergunta sobre a real necessidade de fazê-lo, ao tentar entender *por quem e para quem* a agenda está sendo feita. Com isso, se espera entender o movimento da digitalização pela sua motivação e tentar extrair algum direcionamento possível a partir dos casos dos países que foram aqui mencionados, para que se possa contribuir com um cenário mais inclusivo e que tenha resultados substanciais para a sociedade atual. A primeira parte do texto apresenta o entendimento geral da digitalização das finanças e quais as tecnologias necessárias para tal; Na segunda parte, a agenda da digitalização será explorada no âmbito internacional, trazendo uma análise de como a pauta está sendo construída dentro da ONU e por quais atores; A terceira parte traz a vivência de práticas internacionais de digitalização das finanças, cujos impactos já podem ser medidos, na China e no Quênia. Por fim, a conclusão tenta encontrar os caminhos dessa agenda e busca maneiras inclusivas e efetivas de avançar no cenário atual.

2. Panorama geral da agenda de digitalização

Já é fim da noite e começo a manhã na grande São Paulo quando dois amigos estão prestes à sair de um bar e se dirigem ao caixa. Sem cartão e após alguns drinks, pagam suas contas com uma transferência de PIX e suas comandas são liberadas pelo reconhecimento facial que consta como “pago”; ambos se prostam à frente do estabelecimento sabendo que querem chegar em casa o quanto antes. Um deles abre o aplicativo de transporte móvel no celular e tenta chamar um carro, mas sem sucesso. Após muito reclamar, o outro lhe diz que a demora se deve porque ele é “nota 4.3”, o que faz com que alguns motoristas recusem os chamados de corrida. Para agilizar, ele pede um carro de seu aplicativo, já que é nota 4.9, e assim os dois entram rumo aos seus respectivos apartamentos, vizinhos morando um em um loft de 34m² e o outro de 28m², com espaço de *coworking*, lavanderia e cafeteria (tudo no condomínio, sem nem precisar sair!). Esse

cenário, típico da paisagem urbana se repete todos os dias com a vivência e apropriação da cidade que perpassa o digital para usufruto da vida na cidade conforme “termos de privacidade” aceitos previamente: se você quer viver no mundo atual desfrutando de todas as possibilidades que o digital pode prover, é preciso que abra mão dos seus dados. Esse fenômeno da datificação é o que pauta a discussão da digitalização financeira e expansão de recursos de pagamentos e inclusão de indivíduos nesse mercado que cresceu de maneira acelerada nos últimos dez anos, mas tem sua gênese na informatização dos anos 1980 e 1990, acompanhado pelo fortalecimento do setor bancário brasileiro (FONSECA *et al*, 2010).

Desde os anos 1950, a indústria da tecnologia e da informação vem se projetando no Vale do Silício atrelado a multifatores culturais, industriais e institucionais, que compõe um dos maiores mercados da atualidade e ainda dispõe de mecanismos que hoje parecem essenciais para o exercício da plena cidadania no mundo atual. No entanto, Castells (1999) lembra que apesar da revolução tecnológica dos anos 1970 que acontece nos Estados Unidos, baseada nos progressos alcançados nas duas décadas anteriores, esta não se origina de qualquer necessidade preestabelecida ou determinação social, mas sim do resultado de indução tecnológica. Isso quer dizer que o que é chamado de “avanço tecnológico” ou o uso da tecnologia para o crescimento das telecomunicações e encurtamento das distâncias está intimamente relacionado com o processo de reestruturação econômica e avanço do modelo capitalista após a década de 1980, onde assistimos à liberalização mercadológica e desregulamentação financeira da qual os sistemas de informação fizeram e fazem parte. Desse modo, quando Castells pensa em sociedades em rede, está pensando na sociedade interconectada, informatizada e agora, digitalizada da qual participamos hoje e para o qual precisamos de um olhar mais específico no que diz respeito à inserção das pessoas nos serviços digitais financeiros, em um momento de insegurança econômica global.

Ao olhar para o cenário de digitalização financeira como uma saída para a pobreza e inclusão econômica, é preciso olhar para as décadas de 1980, 1990 e anos 2000, período que moldou o oligopólio bancário existente no Brasil hoje e que está sendo contestado pela proliferação de *fintechs* e produtos financeiros digitais. O processo de informatização das finanças acelera no Brasil nos anos 1960, com a implementação das ideias de Olavo Setubal, do Banco Itaú. À época, o executivo já identificava que a informática seria o campo de maior impacto da sociedade durante os próximos anos, ciente da importância

da digitalização e automação do setor bancário. Com ele, as adoções tecnológicas ganharam força como agentes catalisadores de inovação (FONSECA *et al*, 2010, p416.) Desde então, o setor bancário se valeu das tecnologias (nascidas no Vale do Silício), o desenvolvimento da automação bancária, protagonizada pelos grandes – e poucos – nomes do setor. Agora, na agenda internacional, o debate da desigualdade social se volta para o setor financeiro em busca da inclusão de usuários nos meios digitais como uma saída para a vulnerabilidade econômica intensificada no panorama da pandemia. São assuntos que se encontram agora no cenário econômico brasileiro com o PIX, meio de pagamentos móvel, instantâneo e gratuito lançado pelo Banco Central em 2020, que faz parte de um movimento generalizado para a automação, descentralização e digitalização de serviços financeiros baseados em tecnologia blockchain, que fazem parte da Quarta Revolução Industrial, ou Indústria 4.0. “caracterizada pela intensa incorporação robótica, de tecnologias de informação, telecomunicações e inteligência artificial às atividades industriais” (FGV, 2019) da qual as principais economias estão fazendo parte; É ela que anuncia uma transformação tecnológica capaz de afetar muito mais que os meios produtivos, com impactos expressivos na maneira em que as pessoas se relacionam, trabalham, consomem e vivem, além do impacto transformador nos empregos e na produtividade (SCHWAB, 2016). Se Pierre Lévy identificava, nos anos 1999, apontava para a necessidade de a educação levar em conta a emergência do mundo virtual e digitalizado, em 2022 é urgente que a vida econômica leve em consideração a digitalização financeira desenfreada e encontre um modo de incorporá-la da melhor forma, já que não é possível barrar seu desenvolvimento.

Tal movimento de digitalização atual de serviços bancários tradicionais e novos pressupõem a difusão dos serviços financeiros formais, como bancos, cheque, cartão para aqueles que não participam da economia formal, seja por exclusão voluntária⁵ ou forçada (OZILI, 2018), e para os usuários tradicionais que estão incorporados no meio digital em outras esferas sociais, a fim de explorar os benefícios possíveis a partir desses produtos, que estão elencados na Tabela 1.

⁵Exclusão financeira voluntária - a população excluída que não deseja participar de finanças digitais porque eles têm preocupações de exposição de segurança de dados. (Ozili, 2018).

Tabela 1.

	Benefícios	Malefícios
Argumentos	Melhora dos serviços bancários Maior Variedade de produtos Novas aplicações Novos modelos de negócio e tecnologia Redução de custos de transação Desenvolvimento econômico Menores taxas de juros Maior facilidade ao crédito Maior rapidez Maior segurança	Inadimplência à longo prazo e pode Falta de conexão de rede segura, rápida e estável Vulnerabilidades de rede Falta de confiabilidade do usuário nos provedores de serviços Exclusão voluntária

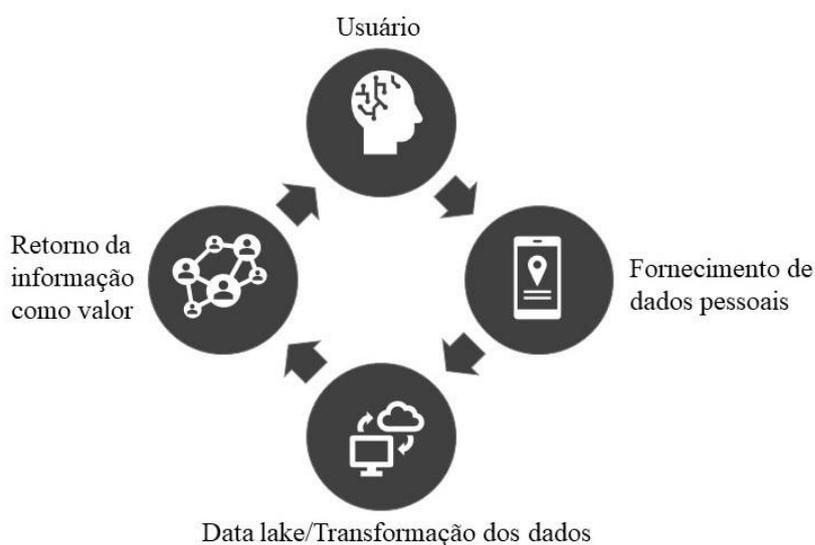
Com a transformação do século XXI da hiperconectividade, a digitalização das finanças aparece como uma saída possível para o cenário de crise desde revistas internacionais (NJOROGE, 2020) até a Agenda de desenvolvimento sustentável da ONU (UNITED NATIONS, 2020). Com essa transformação, *digital finance* é o termo usado para descrever um novo modelo financeiro baseado no uso de tecnologias digitais como o blockchain, que melhoram os serviços e a eficiência do sistema financeiro tradicional, incluem uma variedade de produtos, aplicações, processos, modelos de negócio e tecnologias (EUROPEAN COMMISSION, 2020), que outrora não faziam parte do sistema financeiro tradicional. Somado a isso, estão as fintechs, nome dado às empresas digitais que fornecem produtos financeiros sem a necessidade do contato direto do cliente com a agência bancária, baseada no uso de tecnologia. Desta forma, o *business* das Fintechs, assim como das empresas de tecnologia independente do setor, está baseado no fenômeno da *datificação* que aparecem nas discussões acadêmicas sobre Big Data, cuja relevância é demonstrada no artigo de Mayer-Schoenberger e Cukier (2013) que aponta para a importância da datificação como um meio legítimo de coleta de dados e fonte para o rastreamento de padrões do comportamento humano a fim de fornecer produtos personalizados de volta ao usuário. Seja nas fintechs ou nos bancos tradicionais, percebe-se que a fala de John Reed, Ex-Diretor executivo do Citibank, ainda se mantém viva: “we are in the information business” (FONSECA *et al*, 2010, p.43).

A difusão do modelo de negócio dos bancos e produtos bancários nativamente digitais avançou consideravelmente, principalmente na segunda década dos anos 2000, onde um dos casos de digitalização intensa foi encabeçada pela China, líder global na

adoção das fintechs e dinheiro móvel, que aumentou mais de 20 vezes desde 2013 (XIHENG, 2020). À época, a renda do setor era de 69 bilhões de yuan e, em 2019, já chegava a 1.5 trilhões de yuan e, em 2021, a projeção era de mais de 987 milhões de pessoas usando pagamentos digitais (SLOTTA, 2021). Tais transformações saíram de seus espaços localizados para ganhar projeção nas agendas de desenvolvimento global, tendo como exemplo, além da China, o caso do Quênia de 2007, que colocou em prática a plataforma de *mobile money* do M-PESA, que será explorado na sessão 3 do artigo.

O refinamento da indústria traz hoje ferramentas como a computação em nuvem⁶, machine learning⁷, blockchain⁸, entre outras, cujo caminho lógico funciona, de maneira simplificada, na ilustração da Imagem 1.

Imagem 1.



Elaboração própria.

⁶ “A computação em nuvem é o fornecimento de serviços de computação, incluindo servidores, armazenamento, bancos de dados, rede, software, análise e inteligência, pela Internet (“a nuvem”) para oferecer inovações mais rápidas, recursos flexíveis e economias de escala” MICROSOFT. O que é computação em nuvem?. [s. l.], . Disponível em: <https://azure.microsoft.com/pt-br/overview/what-is-cloud-computing/>. Acesso em: 4 nov. 2021.

⁷ “Machine learning is a branch of artificial intelligence (AI) and computer science which focuses on the use of data and algorithms to imitate the way that humans learn, gradually improving its accuracy. “ IBM CLOUD EDUCATION. Machine Learning. IBM Cloud Learn Hub, 15 jul. 2020. Disponível em: <https://www.ibm.com/cloud/learn/machine-learning>. Acesso em: 4 nov. 2021.

⁸ A blockchain is essentially a digital ledger of transactions that is duplicated and distributed across the entire network of computer systems on the blockchain. EUROMONEY LEARNING. What is blockchain?: Learn the basics of blockchain technology and why it can enhance trust in both record keeping and financial transactions.. **Euromoney Learning**, [s. l.]. Disponível em: <https://www.euromoney.com/learning/blockchain-explained/what-is-blockchain>. Acesso em: 4 nov. 2021.

Será mostrado na sessão 2 do trabalho a intersecção entre os atores privados que pautam o desenvolvimento tecnológico a partir dessas ferramentas e sua relação e atuação na Agenda do Desenvolvimento Sustentável. Ao fazermos o cruzamento entre atores, tecnologia e a Agenda 2030 da ONU, encontra-se um panorama de multiatores e disputa por soberania digital, alargada pela pandemia da COVID-19, cujos conflitos de interesse vão desde a esfera global, até a nacional, onde Estados lutam com a perda de soberania tecnológica, de dados e de tributação (CGC, 2020) e cidadãos sofrem com a violação de privacidade e de direitos civis.

Dados os diversos escândalos envolvendo violação de privacidade e vigilantismo, a ONU finalmente se posiciona de maneira mais assertiva no que diz respeito à elaboração de uma agenda mais específica para a digitalização com foco nas finanças. Em março de 2018, a União Europeia incorporou essa discussão quando a Comissão Europeia adotou o *plano de ação* com o objetivo de gerar um setor financeiro europeu mais competitivo e inventivo (EUROPENA COMMISSION, 2020). Historicamente, essa temática estava à margem das discussões sobre política internacional e estava a cargo da política interna de cada país e, para o Banco Mundial, a digitalização financeira também passou a ser essencial para os países do G-20, demonstrados nos Princípios de Alto Padrão do G20 para Inclusão Financeira lançado em 2016, que marcam o início da era digital das finanças inclusivas, criando novas formas de resolução de problemas, fortemente ligado a noção de que a digitalização contribuiria para a redução de pobreza (OZILI, 2017), ao reduzir custos de transações, melhorar os serviços bancários, fortalecer o setor econômico e facilitar o acesso (SAHAY *et al*, 2020). benefícios estes que escoariam em desenvolvimento econômico e autonomia social.

Para que isso seja possível, o setor privado está presente como um dos protagonistas na participação e construção dessa agenda, com representação das empresas de tecnologia onde o que outrora não fazia parte do Sistema ONU, agora é uma fatia considerável. No que diz respeito às finanças, as chinesas Tencent e o Grupo Alibaba, as gigantes americanas Microsoft e Amazon e as empresas de telecomunicação e rede com forte atuação no Quênia, Safaricom e Vodafone, são nomes importantes. Os últimos 20 anos mostram uma mudança significativa entre o sistema ONU e o setor empresarial, com um aumento de *private funding* para o avanço das pautas da organização. Essa prática,

chamada de *philantrolateralism*, é vista de forma crítica pelos estudos que analisam a injeção de dinheiro de empresas privadas controversas em agendas da organização que visam o desenvolvimento social sustentável (SEITZ e MARTNS, 2017). As mudanças nas práticas de *funding* têm implicações globais para a governança global, sendo que o financiamento privado em programas da ONU são uma forma de fazer avançar projetos bilaterais ou público-privados, o que foge do caráter multilateral essencial da organização e implica em maiores dificuldades para uma governança global democrática. Isso posto, se observa a influência do setor privado, não apenas em termos de financiamento, mas de *policy making* e *decision making* que, na pesquisa de Adams e Martens (2015), é posto como uma problemática maior ainda pelo fato de seu fator de influência ser desproporcionalmente maior a quantidade de dinheiro que disponibilizam. Apesar de não ser uma prática recente, Graham (2017), explica os tipos de financiamento dentro das organizações internacionais e o crescimento da participação e investimento das empresas privadas no cenário global e, ao trazer isso para a temática do artigo, nota-se que a equipe da Força Tarefa escancara essa prática ao colocar os dois maiores nomes do setor privado em sua condução e, ao fazer, acende o questionamento de quem governa a governança global, uma vez que os princípios multilaterais parecem estar em crise e quais os riscos de se deixar conduzir essa agenda pelo viés privado?

3.A formulação da agenda da digitalização financeira em âmbito global

As novas tecnologias e as recentes disrupções tecnológicas aceleradas pelo contexto pandêmico vêm sendo objeto de estudo enquanto seus impactos sociais em transformações todas as esferas da vivência humana como trabalho, cultura, renda, saúde (BRYNJOLFSSON e MCAFEE, 2014), (RODRIK, 2019) e (SLEE, 2017). Esse discurso já era presente em fóruns da ONU antes mesmo da pandemia, mas certamente ganhou mais força e intensidade num momento em que as atividades econômicas foram obrigadas a serem transpostas para o modelo digital.

No panorama da sociedade em transformação, o apelo à adequação ao “novo normal” ficou latente nos anos de 2020 e 2021 dada a pandemia da COVID-19, que obrigou o isolamento social do privilegiados e trouxe à tona questionamentos de como continuar produzindo e trabalhando, agora à distância. No Brasil, por exemplo, apenas um em quatro trabalhadores pode trabalhar remotamente, sendo que a prática é maior em

países desenvolvidos. Em Moçambique, o número passa a ser de 5 em cada 100 trabalhadores⁹. Fato é que a camada da população capaz de produzir à distância, é, na verdade, a população de média e alta renda que pôde contar com o *home office*. Nas cidades e no meio rural, o local de trabalho foi e ainda é demandado presencialmente e, como se não bastasse o problema global de saúde pública, a crise econômica ocasionada e intensificada pela situação causou impactos que devem perdurar gerações, sendo esta nova para a história moderna, que desencadeou em um novo tipo de recessão e que precisou de novas ferramentas (OZILI e ARUN, 2020), com uma importância ainda maior para o meio digital.

A Agenda de Desenvolvimento Sustentável da ONU tem o tema da digitalização bastante presente na medida em que o aponta como importante saída para a crise econômica global. No relatório *People's Money: Harnessing Digitalization to Finance a Sustainable Future* (ONU, 2020), essa agenda se estabelece composto por um cenário multistakeholder na participação da construção e do avanço da pauta da digitalização como aliada ao avanço social e, para isso, os atores privados mais proeminentes no cenário da economia mundial foram trazidos para a discussão, ora representados por pessoas físicas, ora por suas empresas. No entanto, o objetivo da redução da desigualdade social parece estar sendo tratado pela panaceia da tecnologia. Se, por um lado, trazer à mesa os atores principais que detêm capital intelectual para a produção das tecnologias que são usadas mundialmente pode enviesar a agenda de cooperação digital, por outro, deixá-los de fora também não faria sentido, uma vez que estão necessariamente ligados às questões existentes no ramo social e tecnológico. Porém, com uma leitura crítica, a entrada dos atores privados na agenda de cooperação digital internacional e da proposição da digitalização das finanças para redução de pobreza abre vulnerabilidades sem precedentes e carecem de evidências suficientes que mostrem o aumento de renda real nos lugares onde foram aplicados, por isso, o trabalho traz um mapeamento dos atores que compõem essa agenda de cooperação para a digitalização na ONU, uma vez que essas transformações que estão ainda mais em evidência no presente momento fazem parte da agenda das Nações Unidas para avançar a os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

⁹ ROSSI, Amanda; BUONO, Renata. O Brasil sem home office: Igualdades. **Revista Piauí**, 8 jun. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-brasil-sem-home-office/>. Acesso em: 4 jan. 2022.

Alguns benefícios da digitalização das finanças aparecem como: 1. menores taxas de juros, 2. maior facilidade ao crédito, 3. maior rapidez e 4. maior segurança, como fatores que favorecem a digitalização e ampliam sua urgência (CGC, 2020), (OZILI, 2018) e (APPIAH-OTOO, SONG, 2021). No entanto, como mostram Duvendack *et al* (2014), citados por Bateman *et al* (2019), os pontos 1 e 2 podem, na verdade, causar inadimplência a longo prazo e pode, inclusive, apontar para os motivos que causaram a grande quantidade de devedores no Quênia, país pioneiro na implementação de dinheiro móvel, e que os pontos 3 e 4 são, na verdade, totalmente relativos, uma vez que a maior rapidez só é real se houver conexão de rede estável e de qualidade (ver Tabela 1); o ponto da segurança pode ser dividido em duas partes, sendo estas a segurança da informação/protocolos de segurança do provedor do serviço e a sensação de segurança do usuário, que precisa ser real para que se faça uso de serviços financeiros em plataformas digitais. Sobre este último ponto, Ozilli (2018, p.335) mostra como o sentimento de segurança ainda é muito fraco entre pessoas da zona rural que, não participam da economia digital. As questões de religião e cultura também aparecem como importante fator na tomada de decisão para essas pessoas que decidiram não recorrer às plataformas digitais, sendo chamado de exclusão voluntária, da qual faz parte a parcela da população que não deseja participar da economia digital por conta de preocupações com as possíveis vulnerabilidades de segurança e privacidade (OZILI, 2018, p.336).

Em declaração de 2018, o Secretário Geral das Nações Unidas, António Guterres, salienta que as tecnologias digitais podem contribuir significativamente para o atingimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e por isso a adoção de boas práticas no que tange a incorporação de tecnologia deveria ser acelerada num esforço global e multistakeholder. Neste momento, a ONU se compromete oficialmente com a agenda de Cooperação Digital de maneira ativa e propositiva, com apelo à atuação de diversos outros atores como setor privado, sociedade civil, governos, acadêmicos e técnicos para a evolução da agenda. A montagem do High level Panel on Digital Cooperation onde são apontados como atores fundamentais os (1) Estados-membro da ONU, o (2) setor privado, a (3) sociedade civil a (4) comunidade técnica e (5) outros grupos stakeholders.

Em 2018 a “Força-Tarefa sobre Financiamento Digital dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foi estabelecida pelo Secretário-Geral da ONU como parte de seu roteiro mais amplo para o Financiamento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento

Sustentável: 2019-2021 (UNITED NATIONS, 2019). Para tanto, a tratativa da agenda do desenvolvimento sustentável e da inclusão financeira na ONU está baseada em quatro pilares: 1. A digitalização das finanças devem ser parte integral das estratégias para um desenvolvimento sustentável; 2. A digitalização das finanças pode melhorar o alinhamento investimentos recebidos para os demais ODS; 3. As demais iniciativas a fim de impulsionar os ODS devem avançar digitalmente com o ODS da digitalização financeira e 4. A governança, de maneira inovadora, pode se aproveitar da digitalização para financiar os ODS (UNITED NATIONS, 2020).

Para o desenvolvimento dessa agenda, o Secretário Geral da ONU, Antonio Guterres, estabeleceu o High Panel on Digital Task Force, força tarefa composta por nomes proeminentes no assunto de digitalização e tecnologia, como Melinda Gates, presidente da Fundação Bill e Melinda Gates e Jack Ma, Presidente Executivo do Grupo Alibaba¹⁰, como presidentes do painel e somados a estes, mais 20 membros oficiais¹¹. Os dois nomes que presidem o painel já fornecem importantes indícios do formato da agenda para a cooperação, uma vez que a Fundação Bill e Melinda Gates está diretamente relacionada com uma das maiores empresas de tecnologia do setor, a Microsoft, que também compõe o painel na posição de ator privado; Além disso, a Fundação lançou em 2017 um software Open Source Source (Majaloop) para suportar a expansão de serviços financeiros digitalizados em países em desenvolvimento, motivado pelo caso do M-Pesa no Quênia, que será explorado mais abaixo, e pela falta de interoperabilidade entre serviços digitais e plataformas de pagamento (Bill and Melinda Gates Foundation, 2017). Do outro lado da copresidência está Jack Ma, um dos homens mais ricos da China e fundador do Grupo Alibaba, conglomerado de tecnologia multinacional que responde por mais de 60% do comércio eletrônico no país¹², o que indica que ambos têm motivos de sobra para quererem se sentar à mesa do Painel.

Originário deste Painel, a equipe lançou um report intitulado *The age of digital interdependence* (2021) que resume as ambições e ações da equipe até o presente momento, além de reforçar a necessidade de se acelerar a transformação digital, se justifica pelos problemas apontados pela lógica atual de interdependência digital, dentre

10 No cenário do constante redesenho da balança de poder, a presença de Melinda Gates é uma forte representação estadunidense, enquanto Jack Ma traz o peso chinês em contraponto.

¹¹ Para lista completa ver Lista de Membros do High-Level Panel on Digital Cooperation (2018)

¹² JACK Ma: o bilionário que virou embaixador da China na crise do coronavírus: Conheça a história de Jack Ma, um ex-professor de inglês que cofundou o Alibaba Group, que, em 2014, bateu o recorde de

eles a propagação de ódio e intolerância nas redes sociais, invasão de privacidade por empresas e governos, ataques cibernéticos usando tecnologias digitais transformadas em armas ou estados que violam o direito dos oponentes políticos (UNITED NATIONS, 2021). Além disso, destaca-se a importância a inclusão digital com o reconhecimento da disparidade de acesso existente no mundo atual e, no que diz respeito ao desenvolvimento econômico, o dinheiro móvel, a identificação digital e o e-commerce são identificadas como mecanismos essenciais. Nota-se que esses três últimos ferramentais fazem parte do cenário econômico e social chinês que são dominados por duas fintechs que detêm a maior parte do mercado: o WeChat e o Alibaba Group, sendo este segundo, o conglomerado por Jack Ma, copresidente do painel.

A partir da identificação desses atores, identifica-se como a agenda de formulação da cooperação digital e a tática da ONU para o desenvolvimento da agenda 2030, dos ODS, está composta por figuras importantes e conhecidas do setor privado que não desenvolveram políticas, mas sim, produtos de sucesso, que dominam o mercado global. Dentre os demais especialistas, há figuras híbridas que transitam o espaço público e privado, formuladores de políticas que são, ao mesmo tempo, formuladores da agenda e agentes. A escolha e participação dessas figuras para a composição do principal painel para impulsionar os ODSs é uma demonstração real do que Morosov (2020) chama de *solucionismo técnico*, ideia de que os grandes problemas existentes no mundo hoje (endereçados pelos ODSs), podem ser resolvidos pela tecnologia. A ideia da panaceia tecnológica capaz de tirar pessoas da miséria já havia sido denunciada na obra de Castells (1999), *Sociedades em Rede*, no contexto do Vale do Silício, dos computadores gigantes e processadores superpotentes. Se, nos anos 1990, a indústria tecnológica ainda estava um tanto quanto escondida no *back office* das corporações para maior agilidade, rapidez e eficiência, agora, o cenário social urbano fora completamente tomado pelas ferramentas tecnológicas e dispositivos móveis, o que torna a ideia do uso da tecnologia enquanto resolução de problemas ainda mais forte, uma vez que seu acesso foi largamente ampliado.

A participação da Fundação Bill e Melinda Gates que divide a liderança da agenda com o presidente do grupo Alibaba é, na ONU, a representação do campo de batalha atual entre as duas potências econômicas que disputam na corrida tecnológica e extrativismo de dados, que a toda hora se confundem entre corporação e estado. A mentalidade de Big Data, como mostra Van Dijck (2017) é responsável por medir, manipular e monetizar o

comportamento humano, uma vez que os usuários fornecem informações pessoais para as companhias e recebem de volta os seus serviços, que, uma vez na propriedade das companhias, pode ser manipulado de diversas formas sem que haja total entendimento de suas possibilidades e riscos.

Nota-se que a ideia da digitalização e a adoção de tecnologias já são discursos difundidos e incentivados por órgãos internacionais, por economistas e políticos que estão desenhando a agenda global para o desenvolvimento. A Força Tarefa da ONU identifica como principais atores responsáveis pela incorporação e impulsionamento do processo de transformação digital os seguintes: formuladores de políticas e reguladores, estados membro suportados pela organização, fintechs e plataformas digitais globais, instituições financeiras, comunidade internacional e organizações da sociedade civil, em um misto dos setores público, privado e sociedade civil que requer uma interação nacional e global para o sucesso da agenda (UNITED NATIONS, 2020).

O press release da ONU de 11 de Junho de 2020, Report of the Secretary-General Roadmap for Digital Cooperation, anunciado em Nova Iorque, marca a chamada para a ação de um esforço global feito por multi-stakeholders para os problemas relacionados à internet, inteligência artificial e outras tecnologias digitais, colocando 8 metas relacionadas ao tema, que basicamente apontam para o atingimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável a partir da conectividade segura e global, aos bens digitais e à uma rede aberta, à inclusão digital universal para todos, ao desenvolvimento de capacidades para lidar com o meio digital, tendo a segurança e confiança como base deste desenvolvimento (ONU, 2020).

No relatório do andamento do Painel, em 24 de abril de 2020, alguns dos atores da sociedade civil que aparecem como constituintes-chave são Internet Society, WebFoundation, AccessNow, Future Society, Digital Future Society. A recomendação do painel é que Governos, sociedade civil e setor privado trabalhem juntos em iniciativas locais para entender questões digitais e desenvolver capacidade para orientar a cooperação relacionada aos impactos sociais das tecnologias digitais. Na representação brasileira, foi identificada a presença do Governo Brasileiro enquanto *constituente-chave* na sessão de inteligência artificial (ROADMAP FOR DIGITAL COOPERATION, 2020, p.30) e o Comitê Gestor da Internet no Brasil na posição de *constituente-chave* na sessão de arquitetura da cooperação digital (ROADMAP FOR DIGITAL COOPERATION,

2020, p.32), mas sem clareza de sua atuação ou posicionamento para o andamento da agenda.

Dada a participação multistakeholder, nota-se que os participantes da Força Tarefa da ONU e os construtores e formuladores da agenda de cooperação digital com foco nas finanças são atores que transitam no cenário internacional e nacional, capaz de atuar local e globalmente, no âmbito das Nações Unidas, e que fizeram e fazem parte da aplicação de políticas públicas e parcerias público-privado nos dois casos de digitalização das finanças com maior repercussão, China e Quênia, ao qual os documentos da ONU recorrem constantemente.

4.Inclusão financeira quer dizer redução de pobreza? Experiência queniana e chinesa.

4.1. A digitalização do Quênia: potenciais e limitações

Na década de 2000, momento da segunda onda de desenvolvimento tecnológico onde as fintechs se proliferaram (CHITAVI *et al*, 2021), enquanto os EUA e a China lideravam as transformações digitais, a África foi acometida pelos telefones celulares. Dada a recente introdução dos aparelhos no continente, o cenário foi visto como oportunidade pelas empresas de telecomunicação e rede, quando combinado com a falta de acesso ao crédito e baixa renda dos africanos. No Quênia, laboratório da experiência de dinheiro móvel já relatada nos documentos das Nações Unidas como boas práticas, a Vodafone lançou o serviço de pagamentos digitais chamado de M-Pesa, em 2007. O serviço combina o aparelho celular com agentes independentes que funcionam como um caixa eletrônico humano espalhados pelo país. Em caso de necessidade de dinheiro, o usuário pode ir em um dos milhares de agentes espalhados para realizar as transações pessoalmente. O caso do Quênia é tido como uma referência global em matéria de digitalização econômica com sucesso de renda e visão *citizen centric*, onde, na visão de Njoroge (2020)¹³, tecnologias digitais atreladas à economia seriam capazes de fortalecer as finanças pessoais e contribuir para o crescimento econômico com a criação de novos empregos, reduzir a desigualdade, a pobreza e a fome, capaz de gerar um “efeito cascata” possibilitado por esse movimento escoaria também no acesso a educação, saneamento

¹³ O pesquisador e economista atua como Governador do Banco Central do Quênia e também é membro do High-Level Panel on Digital Cooperation da Organização das Nações Unidas (2018).

básico e contribuiria para a saúde e bem estar gerais;. Desde então, a parcela de população com acessos a serviços financeiros aumentou de 26% para mais de 82% e hoje mais de 90% dos pagamentos centralizados na plataforma digital do governo (e-Citizen) envolvem transações digitais (NJOROGE, 2020). O caso também é citado no report da ONU *The Age of Digital Interdependence* (2021) como um caso bem sucedido de “dinheiro mobile” pela Vodafone¹⁴ e com suporte de outros investidores, endereçava originalmente clientes de microfinanças em parceria com a sociedade civil, que evoluiu com o M-Pesa para um sistema bastante difundido, muito usado para transferência de baixo custo de pessoa pra pessoa (ONU, 2021). Para Suri e Jack (2016), que fizeram um balanço quantitativo quase dez anos após a experiência, os resultados evidenciam que a difusão do meio de pagamento digital impactou positivamente na localização mais eficiente de mão de obra, economia e risco. Os pesquisadores alegam que o uso do M-PESA aumentou o consumo per capita e retirou 2% das casas quenianas da pobreza (SURI, JACK, 2016, p.1288). No entanto, a pesquisa não identificara evidências significativas que o sistema de pagamento móvel tenha aumentado na segurança e reserva de dinheiro das famílias quenianas nem em maior renda para as mulheres locais (SURI, JACK, 2016, p.1292).

Além disso, a experiência queniana revela que o acesso das pessoas a uma economia mais digitalizada contribuiu para a incorporação dos cidadãos no mercado de capital e compras de títulos do governo, sendo que aqueles que o 85% dos investidores que compraram título estavam investindo pela primeira vez, sendo que o M-Pesa estava em 96% das moradias e o sistema estaria contribuindo significativamente para a redução de pobreza como mostrado em seu estudo, uma vez que serviços financeiros básicos com mecanismos para guardar, enviar e receber dinheiro por meios de pagamentos móveis teriam um potencial de “impulsionar diretamente o bem estar econômico” (SURI, JACK, 2016). Como resultado, os autores mostram que os efeitos reais chegaram a 10 centavos adicionais por dia e que mesmo essa quantia foi suficiente para colocar as famílias acima da linha da pobreza.

Em contraponto, Bateman *et al*(2019) contestam diretamente o artigo de Suri e Jack, ao apontarem para falhas metodológicas que teriam levado a resultados errados e

¹⁴ Vodafone é uma operadora móvel inglesa com atuação em 25 países e com redes parceiras em 42 países.

poucas evidências. Em *Is Fintech the New Panacea for Poverty Alleviation and local Development?* (2019), os autores argumentam que, ao contrário do que foi demonstrado no artigo de 2016, ter acesso a meio de pagamento ou sistema de crédito digitais não apresentam qualquer relação direta no que diz respeito à maior resiliência da população de baixa renda, não sendo capaz de garantir maior segurança financeira. Os autores apontam para a falta de informação comprobatória de que haja uma relação causal entre o aumento de renda e o uso do aplicativo dentre o grupo estudado, e apontam ainda para outro risco que é a facilidade de conseguir empréstimo mostrando que, como resultado dessa facilidade, o país enfrenta uma crise de superendividamento (WRIGHT, 2017.). De certa maneira, os apontamentos de Bateman, Duvendack e Loubere (2019), estão em consonância com a obra de Morosov (2019), que aponta para a relação simbiótica entre empresas privadas e Estado, que abre espaço para a “inovação” que o autor vai caracterizar como parte das ideias do *solucionismo*. No país africano, para os problemas estruturais de desigualdade de renda e pobreza, foi oferecido um aplicativo de dinheiro móvel por uma junção de tecnologias que envolvem empresas multinacionais e que não representaram um incremento de renda substancial para a população local, mas que aparece na agenda da cooperação digital como boas práticas. Este é, certamente, um caso emblemático que influenciou a agenda internacional de desenvolvimento no sul global e contribuiu para o entusiasmo entorno da pauta da digitalização financeira. No entanto, o estado da arte da digitalização no país é completamente desproporcional ao restante dos países que estão vivendo a transformação digital. Enquanto a China está na era do blockchain e da inteligência artificial, o Quênia está conversando por SMS¹⁵, o que representa um mercado com potencial enorme para as empresas de telecomunicações.

4.2. O impacto das fintechs na China e a agenda para o desenvolvimento

A China, para Chitavi (2021) foi o berço das inovações tecnológicas do modelo de fintech, de dinheiro digital e comércio eletrônico. O governo chinês contou com duas empresas principais nesse processo de transformação, o Baidu, a Tencent e o Grupo Alibaba, conhecidos como BAT. O que está no cerne de ambas é a mentalidade da datificação para transformação dos dados de milhões de chineses em produtos digitais.

¹⁵ SMS: O serviço de mensagens curtas, short message service (SMS) nasceu nos anos 1990 pela Vodafone.

Também nos anos 2000, a guinada digital acontece no país impulsionada pela falta de acesso aos bancos físicos e necessidade de inclusão dos cidadãos nos serviços bancários, o que acarretou na proliferação dos bancos digitais. Desde então, se debate como e se esse movimento foi capaz de aumentar o nível de renda das pessoas que não tinham acesso à serviços bancários. No estudo de 2021, Appiah-Otoo e Song demonstram os impactos das fintechs na redução de pobreza na China e reforçam a ideia de que o forte movimento para a digitalização e adoção das fintechs impulsionam a Agenda do Desenvolvimento Sustentável para 2030, da ONU. Em consonância com a instituição internacional, a China já se posiciona como player extremamente influente no setor, o que representou um crescimento de 214 empresas em 2011 para 1544 empresas do segmento em 2014 (APPIA-OTOO e SONG,2021).

Hoje, o acesso à internet está disponível a pelo menos um bilhão de usuários e o mercado é dominado por três grandes empresas que estão alçando o país a outro patamar, ao criarem um novo modelo de produtos digitais chamados de “super aplicativos”, que têm em sua essência os pagamentos digitais e detêm uma quantidade inimaginável de dados de usuários desde o surgimento desse modelo digital, que agora oferecem produtos e serviços baseados em tempo real, altamente customizados e com algoritmos habilitados para a inteligência artificial (BU *et al*, 2021). No país, a última fronteira de digitalização é o alcance das áreas rurais mais remotas para sua incorporação nesse modelo. Apesar da controversa relação entre uso de tecnologia e redução de pobreza, os efeitos positivos aparecem com maior clareza quando seu uso é demonstrado em áreas rurais. Beck e Brown (2011) mostravam que serviços bancários e suas plataformas digitais estavam mais propensas a serem usadas por pessoas das áreas urbanas, com maior nível de estudo e maior nível de renda, ao mostrar a correlação entre o uso dessas plataformas e o nível de renda da população, implica-se que o custo para participar do sistema financeiro formal, como taxas de serviço, anuidade de cartões de crédito, taxas de transferência de renda, não configuram um custo significativo para pessoas com maior nível de renda, do que para a população de baixa renda. A respeito disso, o Centro para Conhecimento Internacional e Desenvolvimento (2020) mostra como um modelo de digitalização inclusivo na China contribuiu para a redução de pobreza, a começar pela adoção de tecnologias novas em instituições financeiras tradicionais para melhorar a disponibilidade e conveniência de serviços para grupos marginalizados.

Van Djick (2017) relembra que Estado e Corporações não são categorias monolíticas e essa situação fica ainda mais clara no contexto chinês. A mentalidade do Big Data, como aponta a autora, faz parte dos cientistas, das agências governamentais, dos estados e das corporações, onde todos têm “um grande interesse nas relações mediadas por dados e no desenvolvimento de métodos que permitam a predição e a manipulação do comportamento”. A autora ainda lembra do emblemático caso Snowden, que demonstrou como as agências de coleta de dados americanas não se desenvolveram separadamente às agências regulatórias. Nesse sentido, a relação entre China e Estados Unidos, que aparentar ter políticas tão antagônicas, têm na verdade muito em comum: o cerne do uso do Big Data para controle, que é justamente esse uso desenfreado de consumo de dados que contribui para o cenário que Morosov critica como sendo a apropriação corporativa da intimidade (2019) e denuncia violações de direitos, manipulação e vigilantismo.

A visão econômica prevalecente nos artigos de Appiah-Otoo e Song (2021) é contraposta pela abordagem de Ozzili contesta a ideia de que a digitalização financeira propõe ferramentas “pró pobre”, ideia que aparece fortemente nos relatórios da ONU estudados como argumento para a rápida digitalização. O autor aponta que, apesar dos benefícios, os riscos aos quais as pessoas são expostas nesse sistema são maiores que seus ganhos, e que as ferramentas digitais no campo das finanças não são suficientes para representar um aumento significativo no poder de consumo, não havendo correlação direta. Deste modo, para esta autora, a contestação do presente trabalho se dá em cima da ideia de que o dinheiro móvel ofereceria um incremento substancial de renda para as pessoas pobres. Na presente visão, este é um ferramental capaz de aumentar a produtividade para aqueles que já estão inseridos no mercado financeiro tradicional e já estão familiarizados com o uso de tecnologias, ou seja, a disponibilidade do produto em si não afetaria a renda nem seria capaz de afetar a estrutura social da qual população de baixa renda faz parte, não sendo capaz de gerar valor por si só. Deste modo, os seus benefícios são reais, mas não suficientes. No entanto, uma vez que a agenda existe e está em construção, a tentativa é de dialogar com os fazedores de política nacional para que seja possível avançar com essa agenda no campo nacional, de maneira justa e inclusiva, a fim de cumprir o propósito que a tecnologia deve servir, que é o desenvolvimento da sociedade e não o seu retrocesso.

Dados os contextos sociais e econômicos completamente diferentes e em períodos anacrônicos, no país africano, o tema é objeto de estudo e debate na agenda de governança local e municipal, desenvolvimento urbano sustentável e descentralização (OWIGAR, 2017) e se tornou o serviço de dinheiro móvel mais utilizado no país, com 96% de adesão, que foi expandido para outros 10 países, como a Albânia, República Democrática do Congo, Egito, Gana, Índia, Lesoto, Moçambique, Romênia e Tanzânia (Morawczynski, 2008). Por causa dos seus resultados, o caso chinês e o caso queniano são estudados como exemplo de sucesso de digitalização e de como este processo pode contribuir para redução da pobreza, o que rendeu aos seus formuladores um lugar no High Panel Task Force da ONU, onde Jack-Ma (China) ocupa o cargo de Co-presidente enquanto que Patrick Njoroge, Governador do Banco Central do Quênia, faz parte do time da Força Tarefa da ONU.

5. Conclusão

Literaturas críticas emergem em contraponto no espaço proposto de digitalização e adoção de tecnologia enquanto saídas para crises, sendo a pesquisa de Russel e Vinsel (2020) bastante proeminente ao fazer uma retomada histórica da ideia de inovação e progresso e como elas foram adotadas a partir da segunda metade do século XX e transformou o modo de vida, de consumo e do trabalho, onde os autores questionam a noção pura de progresso e de inovação. A partir de seus estudos, a pesquisa se baseia nessa construção da noção de tecnologia, inovação e progresso onde é possível entender as motivações para as transformações que vivemos hoje. Ao longo do período, é fato que diversas tecnologias foram incorporadas na vida cotidiana e é por isso que num momento de inflexão como o que se testemunha agora, a academia precisa se aproximar desse tema que é, ao mesmo tempo, de economia, relações internacionais, cooperação e políticas para o desenvolvimento, que deve contar com a participação da sociedade civil, mas ainda representa uma literatura crítica tímida frente à rápida difusão dessa agenda. É necessária uma contestação mais contundente à formação da agenda da cooperação digital que exige o sacrifício da privacidade em nome de um avanço público pautado em ferramentas digitais fornecidas por empresas de tecnologia que alimentam seu modelo de negócio a partir dos *problemas* que identificam e que, ao oferecer uma solução, podem criar outros problemas que não existiam anteriormente.

Esse movimento e as transformações provenientes dessas mudanças estão ganhando espaço nos estudos de relações internacionais e políticas públicas dadas as iniciativas globais e locais para a adoção de tecnologia enquanto mecanismo de melhora e progresso na experiência social e hoje parece que o locus digital é indissociável da plena vivência e cidadania. A exemplo de experiência local, em 2020 o lançamento do PIX pelo Banco Central, meio de pagamentos instantâneo, foi amplamente aderido, com mais de 50 milhões de usuários e mais de 275 milhões de transações desde novembro daquele ano (BOMPAN, 2021), o que aparenta maior flexibilidade e agilidade nos meios de pagamento, desburocratização dos serviços bancários e maior acessibilidade das pessoas no meio digital na visão dos defensores da tecnologia. No entanto, a pesquisa aqui desenvolvida não dá conta de fazer uma correlação direta entre a agenda de cooperação digital impulsionada pela ONU e a implementação do PIX no Brasil, portanto, o caso aparece apenas como exemplo de uso tecnológico, análogo a outros casos implementados em países em desenvolvimento. No entanto, o caso é importante para somar às iniciativas que visam a desburocratização de pagamentos via adoção tecnológica e está sendo visto como potencial redutor de pobreza e impulsionador da economia e alternativas para crise alavancada pelo COVID-19 no país, cuja realidade é de mais de 34 milhões de pessoas em idade adulta que não têm conta em banco, sendo sua maioria mulheres entre 18 e 29 anos, majoritariamente do interior¹⁶.

Os estudos críticos sobre a digitalização tentam desconstruir a noção de que haja uma correlação causal entre a adoção de ferramentas financeiras digitais com diminuição de pobreza e apontam para semelhanças existentes com a difusão do microcrédito em países do sul global que correlacionavam a política com a emancipação financeira de mulheres em países em desenvolvimento (Bateman, Duvendack, e Loubere, 2019). Sua implementação em diversos países no início dos anos 2000 já foi apontada como uma estratégia do modelo de desenvolvimento neoliberal que resultou em superendividamento generalizado, demonstrado no estudo de Duvendack and Palmer-Jones 2012a, 2012b; Roodman e Morduch (2014). As pesquisas sobre fintech e sua correlação com redução de pobreza, incremento de renda e participação econômica vêm ganhando espaço na literatura. Appiah-Otoo e Song (2021) demonstram o impacto das fintechs para redução

¹⁶ APESAR de avanço, 34 milhões seguem sem acesso a bancos. Instituto Locomotiva, [S. l.], n. -, p. -, 27 abr. 2021. Disponível em: <https://www.ilocomotiva.com.br/single-post/valor-econ%C3%B4mico-apesar-de-avan%C3%A7o-34-milh%C3%B5es-seguem-sem-acesso-a-bancos>. Acesso em: 20 jun. 2021.

de pobreza na China e atestam que as fintechs e os serviços providos por elas, essencialmente digitais, tem impacto direto na redução de pobreza e complementa o crescimento econômico e o desenvolvimento financeiro, resultados que são evidentes a nível nacional, ao estudarem as províncias chinesas e demonstram, quantitativamente, um incremento no consumo doméstico *per capita* em todas elas, sendo Xizang (Tibet), a que apresentou maior número, fato que, segundo os pesquisadores, pode ser atribuído pela rápida adoção e uso dos serviços financeiros digitais pela população local com destaque para o Alipay.

No caso brasileiro, o processo de digitalização financeira foi reivindicado pelo Banco Central ao barrar o serviço de transferência de dinheiro pelo WhatsApp em 201X e lançar o PIX antes que esse serviço fosse lançado pelos bancos nacionais, o que mostra uma competição presente nesta transformação digital quanto ao seu protagonista (Estado) e coadjuvantes (demais atores privados). Por conta disso, a composição da Agenda 2030 em cenário global é um tanto confusa ao trazer uma variedade de atores que parecem ter interesses concorrentes, que no final das contas, diz respeito não apenas a transformação digital, mas sim àqueles que terão o monopólio de dados e informações pessoais dos usuários. Nesse sentido, a chamada inclusão financeira aparenta ser, na verdade, a inclusão das classes C e D que não tinham acesso aos serviços bancários formais, para participar da lógica do consumo.

A partir dessas duas experiências, é possível notar a disparidade do estágio de desenvolvimento e adoção das tecnologias à sua maneira. Se, na China, a digitalização foi impulsionada por duas empresas nacionais, a Tencent e o Alibaba, no modelo estadocêntrico chinês que promoveu a inclusão digital não apenas nos meios de pagamento, no Quênia, o que se observa é a não resolução de problemas estruturais de acesso à internet básicos. A solução queniana feita em parceria da Safaricom, empresa queniana, com a multinacional Vodafone, é a entrega de um produto estruturado e disponibilizado aos cidadãos. Nesse sentido, não é possível chamar de solução financeira a entrega de uma aplicação que funciona como resolução de problema pontual sem a criação de política pública real que levasse algum benefício para a população, como o tão necessário acesso à internet, que ainda está muito atrasado nos países africanos.

Seja no modelo corporativista americano que encabeça a ONU, no modelo estadocêntrico da China ou nos países africanos, a indústria tecnológica fica a cargo de

setores diversos que tocam o campo dos direitos civis. No entanto, quando essas esferas passam a ser dominadas pelas instituições privadas, as decisões para nortear os tais avanços sociais são apolíticas, o que é uma transferência de responsabilidade proposital do estado solucionista, como mostra Morosov (2021), e com a Agenda Para o Desenvolvimento Sustentável ainda acrescenta a responsabilidade individual como motor para a mudança.

6. Bibliografia

ADAMS, B. e MARTENS, J. Fit for Whose Purpose? Private funding and corporate influence in the United Nations (2015). Bonn: Global Policy Forum.

APESAR de avanço, 34 milhões seguem sem acesso a bancos. Instituto Locomotiva , [S. l.], n. -, p. -, 27 abr. 2021. Disponível em: <https://www.ilocomotiva.com.br/single-post/valor-econ%C3%B4mico-apesar-de-avan%C3%A7o-34-milh%C3%B5es-seguem-sem-acesso-a-bancos>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BATEMAN, M; DUVENDACK, M; LOUBERE, L. Is fin-tech the new panacea for poverty alleviation and local development? Contesting Suri and Jack's M-Pesa findings published in Science. Review of African Political Economy, Economic fraud in neoliberal Africa: power, accumulation and class formation, v. 46, 4 maio 2019. DOI <https://doi.org/10.1080/03056244.2019.1614552>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03056244.2019.1614552>. Acesso em: 3 out. 2021.

BARRÍA, Cecilia. O que a China quer com ofensiva contra gigantes de tecnologia do próprio país. BBC News Mundo, [s. l.], 12 set. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58521014>. Acesso em: 3 out. 2021.

BILL Melinda Gates Foundation Releases Open Source Software to Expand Access to Financial Services. ed. Media Center Gates Foundation: Bill & Melinda Gates Foundation, 16 out. 2017. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/Ideas/Media-Center/Press-Releases/2017/10/Bill-Melinda-Gates-Foundation-Releases-Open-Source-Software-to-Expand-Access-to-Financial-Services>. Acesso em: 20 jun. 2021. BOMPAN, Fernanda. Banco Central informa que 50 milhões de pessoas já fizeram Pix: Foram mais de 275 milhões de transações desse novo sistema de pagamentos instantâneos desde novembro de 2020. Valor Investe, 12 mar. 2021. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/produtos/servicos-financeiros/noticia/2021/03/12/banco-central-informa-que-50-milhoes-de-pessoas-ja-fizeram-pix.ghtml>. Acesso em: 3 out. 2021.

BRYNJOLFSSON, E. & MCAFEE, A., (2014) Novas tecnologias versus empregabilidade, S. Paulo, Editora M.Books.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. 6. ed. rev. e aum. [S. l.]: Paz e Terra, 2002. v. 1.

CUKIER, Kenneth; MAYER-SCHOENBERGER, V. (2013). "A ascensão do Big Data". Negócios Estrangeiros (Maio / junho): 28-40. Recuperado 24 de janeiro 2014.

DUVENDACK, M. e PALMER-JONES, R. 2012a. High Noon for Microfinance Impact Evaluations: Re-investigating the Evidence from Bangladesh. *Journal of Development Studies* 48(12): 1864–1880.

DUVENDACK, M., PALMER-JONES, R. 2012b. Response to Chemin and to Pitt. *Journal of Development Studies* 48 (12): 1892–1897. EUROPEAN COMMISSION. Digital finance: New financial technologies can facilitate access to financial services and improve the efficiency of the financial system. The Commission is exploring how the financial sector can benefit from these developments, while remaining safe for consumers and investors. 21 ago. 2020. Disponível em: <https://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/banking-and-finance/digital-finance>. Acesso em: 2 nov. 2021.

FONSECA, C., CORREA, C. e MEIRELLES, F. DINIZ, E. Tecnologia bancária no Brasil: uma história de conquistas, uma visão de futuro; Coordenação editorial Sonia Penteadó. – São Paulo : FGVRAE, 2010. 420p.

GRAHAM, Erin R. Follow the Money: How Trends in Financing Are Changing Governance at International Organizations. *Global Policy*, v. 8, ed. 5, agosto 2017. DOI 10.1111/1758-5899.12450. Disponível em: -. Acesso em: 7 jun. 2021.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. (Trad. Carlos Irineu da Costa). São Paulo: Editora 34, 2009.

MCKINSEY AND COMPANY et al. The Future of Digital Innovation in China: Megatrends Shaping One of the World's Fastest Evolving Digital Ecosystems. The paths taken by Chinese companies have relevant implications for both digital and traditional players as they craft their strategies, McKinsey Digital, Outubro 2021.

MEDHORA , Rohinton P.; OWEN, Taylor. A Post-COVID-19 Digital Bretton Woods. Center for International Governance of Innovation, [s. l.], 19 abr. 2020. Disponível em: <https://www.cigionline.org/articles/post-covid-19-digital-bretton-woods/>. Acesso em: 4 nov. 2021.

MELCHIORI, Cintia. Digitalização da proteção social: o desafio da inclusão: Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros. TIC Domicílios, Comitê Gestor da Internet no Brasil, Outubro 2020. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/publicacoes/>. Acesso em: 4 nov. 2021.

MOROSOV, Evgeny. Covid-19, le solutionnisme n'est pas la solution Covid-19. In: <https://blog.monediplo.net/covid-19-le-solutionnisme-n-est-pas-la-solution>. Le Monde Diplomatique. 5 abr. 2020. Disponível em: <https://blog.monediplo.net/covid-19-le-solutionnisme-n-est-pas-la-solution>. Acesso em: 19 fev. 2021.

MOROSOV, Evgeny. Big Tech: A ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo, Editora Ubu, Novembro 2018.

MOROSOV, Evgeny. La locura del solucionismo tecnológico. 1. ed. Argentina. Serie Ensayos, 2016.

MAYER-SCHONBERGER, V. and CUKIER, K. Big Data: A Revolution That Will Transform How We Live, Work and Think, Canada: Eamon Dolan/Houghton Mifflin Harcourt, 2013.

OZILI, Peterson K and Arun, Thankom, Spillover of COVID-19: Impact on the Global Economy (March 27, 2020). Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3562570> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3562570>. Acesso em: 5 nov. 2021.

OZILI, Peterson K. Impact of digital finance on financial inclusion and stability, *Borsa Istanbul Review*, Volume 18, 2018, P. 329-340, ISSN 2214-8450, <https://doi.org/10.1016/j.bir.2017.12.003>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2214845017301503> .Acesso em: 10 ago. 2021.

OWIGAR, Judith. How M-Pesa is changing everyday life in Kenya. -, *Urbanet*, 31 jul. 2017. Disponível em: <https://www.urbanet.info/mpesa-kenya-how-it-is-changing-everyday-life>. Acesso em: 4 nov. 2021.

PIPER, Kelsey. What Kenya can teach its neighbors — and the US — about improving the lives of the “unbanked”: With cellphones in widespread use, getting everyone access to banking is within reach.. *Vox*, [s. l.], 11 set. 2020. Disponível em: <https://www.urbanet.info/mpesa-kenya-how-it-is-changing-everyday-life/>. Acesso em: 3 out. 2021.

POWELL, Jonathan. Tech companies pressure EU on new digital laws. *China Daily* , [s. l.], 8 jan. 2020. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/a/202001/08/WS5e153f85a310cf3e355832a4.html>. Acesso em: 3 out. 2021.

RIGHETTI, Carlos. Efeitos do microcrédito na geração de renda em microempreendimentos: avaliação de impacto do programa Real Microcrédito. São Paulo: FGV/EASP, 2008.

RODRIK, D., O desafio dos bons empregos, Tradução Valor Econômico, edição de 11/02/2019, disponível em: <https://www.valor.com.br/opiniao/6112027/o-desafio-dos-bons-empregos#> . Último acesso em 18/06/2017.

SAHAY, Ratna; VON ALLMEN, Ulric Eriksson; LAHRECHE, Amina; KHERA, Purva; OGAWA, Sumiko; BAZARBASH, Majid; BEATON, Kim. Follow the Money: How The Promise of Fintech Financial Inclusion in the Post COVID-19 Era Trends in Financing Are Changing Governance at International Organizations. Monetary and Capital Markets Department, International Monetary Fund, ed. 20/09, 1 jun. 2020. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/Departmental-Papers-Policy-Papers/Issues/2020/06/29/The-Promise-of-Fintech-Financial-Inclusion-in-the-Post-COVID-19-Era-48623>. Acesso em: 7 jun. 2021.

SANT'ANNA, Anderson; FERREIRA, Jaqueline; SANTOS, Tania. REVOLUÇÃO 4.0: UMA "RADIOGRAFIA" DE PAÍSES DE ECONOMIA DESENVOLVIDA E DO BRASIL. *Revista de empreendedorismo, negócios e inovação*, v. 4, n. 2, ed. 2448-3664, São Bernardo do Campo, 29 dez. 2020.

SCHWAB, K., A quarta revolução industrial, São Paulo, Edipro 2016 Caps. Impacto; itens: Economia; Negócios)

SLOTTA, Daniel. FinTech in China - statistics & facts. *Statista*, [s. l.], 1 out. 2021. Disponível em: <https://www.statista.com/topics/6893/fintech-in->

china/#dossierKeyfigures. Acesso em: 4 nov. 2021. Seitz, K. and Martens, J. (2017), Philanthrolateralism: Private Funding and Corporate Influence in the United Nations. *Global Policy*, 8: 46-50. <https://doi.org/10.1111/1758-5899.12448>

SLEE, T., *Uberização A nova onda do trabalho precarizado*, São Paulo, Editora Elefante, 2017.

TIC Domicílios, *Resumo Executivo: Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros*. Comitê Gestor da Internet no Brasil, Outubro 2020. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/publicacoes/>. Acesso em: 4 nov. 2021.

UNITED NATIONS. *Roadmap for Financing the 2030 Agenda for Sustainable Development 2019 – 2021*. Julho 2019. Disponível em: <https://digitalfinancingtaskforce.org/about-the-task-force/>. Acesso em: 4 nov. 2021.

UNITED NATIONS. Junho, 2020. *Report of the Secretary-General Roadmap for Digital Cooperation*, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://www.un.org/en/content/digital-cooperation-roadmap/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

UNITED NATIONS. *The age of digital interdependence: Report of the UN Secretary-General’s High-level Panel on Digital Cooperation*. Digital cooperation UN Secretary-General’s High Level Panel, [s. l.], Junho 2020. Disponível em: <https://www.un.org/en/content/digital-cooperation-roadmap/>. Acesso em: 4 nov. 2021.

UNITED NATIONS. 11 de junho de 2020. <https://www.un.org/en/content/digital-cooperation-roadmap/>: In newly released “Roadmap for Digital Cooperation,” UN Secretary-General António Guterres calls for action to CONNECT, RESPECT, and PROTECT all people in the digital age, [s. l.], 11 jun. 2020. Disponível em: <https://www.un.org/en/sg-digital-cooperation-panel#panel-bios>. Acesso em: 26 jun. 2021. XIHENG, JIANG. *How digital technology fights poverty*. Op-Ed Contributors, China Daily, 15 set. 2020. Disponível em: <http://global.chinadaily.com.cn/a/202009/15/WS5f5ffe53a3101ccd0bee0515.html>. Acesso em: 2 nov. 2021.

VAN DJICK, José. *N data we trust? The implications of datafication for social monitoring*. *Matrizes*, Universiteit Utrecht. Utrecht, Países Baixos, v. 11, ed. 1, p. 39-59, Abril 2017. DOI <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v11i1p39-59>. Acesso em: 13 jan. 2022.

WENTING, Xie; JIE, Shan; QIAO, Li. *China shares digital economy and other creative poverty reduction methods with developing countries*. *Society*, Global Times, 29 dez. 2020. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202012/1211372.shtml>. Acesso em: 7 jun. 2021.

WRIGHT, Graham. 2017. *Digital Credit – Have We Not Been Here Before With Microfinance?* Microsave Blog.